

Joseph Schumpeter e Robert Dahl: Reflexões sobre duas teorias contemporâneas da democracia

Tathiana Chicarino¹

A qualificação da democracia moderna tem sido alvo de constante debate, isto porque se trata de um conceito com conteúdos ideológicos e práticos que se diferenciam muito ao longo do tempo, mas que, especialmente a partir da segunda metade do século vai adquirindo um significado essencialmente comportamental, normativo e não substancial – fazendo com que passe a ser alvo de muitas críticas.

A democracia, portanto, vai estar cada vez mais orientada para o estabelecimento de regras de *como* se deve chegar às decisões políticas e não para *quais* seriam estas decisões (BOBBIO, 2004, p.319).

Dentro desse escopo, na década de 40 dos anos de 1900, Schumpeter vai escrever a obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1961), trazendo uma perspectiva do funcionamento da democracia como sendo um método político capaz de possibilitar certo tipo de organização institucional, onde haveria a possibilidade (pacífica) de pelas urnas colocar e/ou retirar os governantes que não estivessem de acordo com o que espera o representado.

Desta forma, os “recebedores do sufrágio” estariam sempre em uma situação de incerteza, pois sujeitos a uma luta concorrencial por votos, para Schumpeter (1961) este é o tipo de competição pela liderança próprio da democracia, onde a disputa pelo voto é o mercado e o voto é a moeda.

Mas isso não quer dizer que a democracia é aplicável – formato e conteúdo – em todas as configurações sociopolíticas, visto que como qualquer outro método político não produz sempre os mesmos resultados nem promove os mesmos interesses ou ideais, portanto, não é um fim em si mesmo, mas um meio para se chegar às decisões pertinentes à localidade especificada, aos princípios estruturais daquela sociedade (SCHUMPETER, 1961, p. 304-305).

Mesmo porque Schumpeter (1961) considerava que o sufrágio universal não era absolutamente necessário, já que em determinados casos decisórios um pequeno grupo pode ser suficiente para manter a máquina eleitoral, ficando para os cidadãos em geral a escolha do líder da nação e a construção do debate público.

Porém, ressalta Schumpeter (1961) que mesmo sendo um método político próprio de uma nação, a democracia responde a princípios morais e legais tidos como universais, a saber: a liberdade de expressão e de informação. Que não são necessariamente gerados pela democracia,

¹ Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política – FESPSP. Mestranda em Ciências Sociais pela PUC/SP. Bacharel em Sociologia e Política – FESPSP. Pesquisadora do Neamp – Núcleo de Arte, Mídia e Política.

mas que podem ser estimulados, na medida em que os procedimentos democráticos propiciem um maior grau de coexistência de interesses e de coordenação da política com a opinião pública.

Outro aspecto significativo a ser considerado na teoria *schumpeteriana* é ênfase à identificação sobre *quem* e *como* são tomadas as decisões democráticas (vejam que não se trata de *quais* decisões), ao governar, ou o *modus operandi*, e assim, o autor compreende que o que de fato ocorre em uma democracia moderna é um governo aprovado pelo povo, ou por uma parcela dele, mas não por ele executado como na democracia direta.

Esse cabedal teórico sustentado por Schumpeter (1961) teve um significativo desdobramento com Adam Przeworski, que de acordo com O'Donnell (1999) definia a democracia como sendo: "[...] um sistema em que os partidos perdem eleições. Há partidos, ou seja, divisões de interesses, valores e opiniões. Há competição organizada por regras. E há periodicamente vencedores e perdedores" (apud O'DONNELL, 1999, p.10), onde cargos são preenchidos em consequência da disputa por votos, e tanto a oposição, quanto a situação podem ganhar ou perder, a depender de outros fatores.

Esta concepção para O'Donnell (1999) nos faz ver o aspecto institucionalizado da democracia, com o sistema jurídico conferindo aos cidadãos direitos e deveres publicamente reconhecidos, porém, mesmo com seu caráter preexistente e predeterminado, este legado que muitas vezes se apresenta como óbvio, tem para este autor importantes consequências no desenvolvimento da democracia. Assim, quando Schumpeter (1961) menciona que para que o método político – democracia – exista em plenitude a de existir algumas liberdades básicas, ele não estaria sendo tão minimalistas ou processualistas, como se quer fazer acreditar, pois esta competição leva em conta princípios morais e legais.

Se por um lado Schumpeter (1961) vai dar mais ênfase à democracia como um método político, por outro Robert Dahl (2005) vai dizer que o pluralismo societal, entendido como a igualdade de acesso e de controle aos recursos de poder socioeconômicos e de coerção é o principal fator a favorecer a democracia.

Para Dahl (2005), a democratização consiste na ampliação da competição e no direito à participação políticas, é a bidimensionalidade da *poliarquia*: contestação e inclusão. A democracia passa a ser então o fruto de relações estratégicas, num balanço entre custo e benefício feito pelos atores, sendo o voto indispensável neste contexto.

Assim sendo, Dahl (2005) evidencia a ação dos atores como a principal variável da democracia, pois, a competição pelo voto gera, na medida do possível, uma maior tolerância ao adversário, à oposição, um equilíbrio entre as forças, já que um não elimina o outro. Desta forma, Dahl (2005) segue o argumento de democracia como método político de Schumpeter (1961), com

as eleições como ponto central e como mecanismo de controle, não somente dos não-líderes para com os líderes, mas também entre líderes.

Dahl (2005) opta por usar a palavra democracia para o sistema ideal e *poliarquia* para se aproximar do mundo real, portanto, em sua tese, o termo *poliarquia* não subtrai a oligarquia, diz apenas que a oligarquia está fragmentada, que se transformou numa constelação múltipla e difusa de grupos, de minorias, e que no melhor dos casos será aberta, porém, o método democrático possibilita a ampliação do número, do tamanho e da diversidade dessas minorias, além de aumentar a sua capacidade de influenciar nas decisões políticas; há também nesta lógica, o controle mútuo de lideranças políticas, pois a competitividade é aberta e o controle final fica a cargo do eleitor, através de eleições regulares e periódicas, sendo estes considerados politicamente iguais, mas não com o mesmo poder.

Nas teorias pluralistas, do qual Dahl (2005) é um dos principais expoentes, há uma relação de causalidade importante a ser destacada: para que existam eleições competitivas, claras e inclusivas, há que se ter: condições de liberdade e garantias políticas primárias, como a de manifestação de opiniões. Para Dahl (2005), as liberdades relevantes são as de expressão, informação e de associação, elas que garantiriam o tipo de eleição acima mencionado com estabilidade em longo período e conseqüentemente um aumento da esfera pública. Para tanto, há que se verificar certo consenso em relação às normas, sobretudo entre os líderes, tal consenso é obtido através de uma espécie de “treinamento social” empreendido nas sociedades modernas pela família, escolas, igrejas, e meios de comunicação.

Em tempos de eleições, mídia tradicional e internet; coligações, acordos e ataques; nunca é demais pensar na democracia.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

DAHL, Robert. *Poliarquia. Participação e Oposição*. São Paulo: EDUSP, 2005.

MONCLAIRE, Stéphane. *Democracia, Transição e Consolidação: precisões sobre conceitos bestializados*. Revista de Sociologia e Política. nº 17: 61-74, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. *Teoria Democrática e Política Comparada*. Dados v.42 n.4 Rio de Janeiro, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.